

- Senado aprova Salário Mínimo de R\$ 545,00;
- Câmara aprova MPV 503 que dispõe sobre a criação da Autoridade Pública Olímpica;
- Senado instala cinco comissões permanentes;
- Líderes Partidários iniciam definição das Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados;

## Senado confirma: Salário Mínimo será mesmo de R\$ 545,00

Após intenso debate sobre o projeto que trata da política do salário mínimo o Plenário do Senado aprovou o PLC 1/2011 (PL 382/2011, na Câmara) que dentre outros pontos estabelece as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo para o período 2012-2015. A votação foi simbólica, com declaração de voto contrário dos senadores do PSDB, PSOL e alguns senadores de outros partidos.

O parecer do relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB/RR), acolheu o texto aprovado na Câmara, rejeitando todas as 11 emendas oferecidas no Senado, concordando, no entanto, em votar em separado os destaque de emendas nº 1, 3 e 5, do PSDB e do DEM.

O Destaque nº 1 do PSDB que pretendia elevar o salário para R\$ 600,00 foi rejeitada por 55 votos a 17 e 5 abstenções.

O Destaque nº 3 do DEM que pretendia elevar a o salário para R\$ 560,00, foi igualmente rejeitada com 54 votos contrários e 19 votos favoráveis e 4 abstenções.

O Destaque nº 5 do PSDB que pretendia excluir do texto do projeto o artigo 3º, que determina que o salário mínimo seja fixado, nos próximos anos, por decreto do Poder Executivo, foi também rejeitada com 54 votos contrários e 20 favoráveis, 3 abstenções

Os demais destaques foram votadas e rejeitadas em globo.

**O projeto vai à sanção presidencial.**

## Câmara aprecia MPV 503/2010 – Criação da APO

Após intenso processo de obstrução por parte da oposição, a Câmara aprovou nesta noite a MPV 503/2010, nos termos de um projeto de lei de conversão (PLV 2/2011).

A MPV originalmente previa apenas a ratificação do Protocolo de Intenções firmado entre a União, o estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica (APO). A APO tem por objetivo coordenar a participação desses entes na realização

## panel

■ Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa discute projeto que reajusta os valores de enquadramento do Simples Nacional

Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa foi relançada nesta quarta-feira na Câmara dos Deputados, onde anunciou a nova composição e a adesão de cerca de 220 deputados e 20 senadores.

A nova composição da Frente comunicou o desarquivamento do PLP 591/2010 pelos autores remanescentes nesta legislatura e solicitou apoio para sua inclusão na pauta da Ordem do Dia.

Na reunião realizada, contou com a presença do Presidente da Câmara - Marco Maia, que manifestou compromisso em incluir na pauta a matéria ainda no primeiro semestre.

Além de vários parlamentares e representantes de diversas entidades e Confederações Patronais, entre elas a CNI, esteve presente o Ministro da Previdência - Garibaldi Alves Filho, que afirmou a importância da aprovação da proposta e lembrou o compromisso da Presidente Dilma Rousseff em anunciar a criação do Ministério das Micro e Pequenas Empresas.

dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, principalmente no que diz respeito ao planejamento, execução e entrega de obras e serviços.

Essa MPV foi editada em razão da perda da eficácia da MPV 489/2010, que previa diversas regras relacionadas a um procedimento licitatório diferenciado a ser aplicado para a contratação dessas obras e serviços.

O relator da MPV 503/10, dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA) havia apresentado parecer que concluiu pela aprovação de um projeto de lei de conversão, acolhendo as três únicas emendas que foram apresentadas à MPV. Uma dessas emendas acolhidas no parecer do relator, com algumas alterações, de autoria do dep. Geraldo Magela (PT/DF), sugeria a introdução das regras de processo licitatório diferenciado (anteriormente previsto na MPV 489/10) no corpo do texto do PLV.

Os parlamentares dos partidos da oposição articularam formas de obstruir a votação, alegando a inconveniência da criação de inúmeros novos cargos para a APO, norma esta contida no texto do Anexo da MPV e do PLV (o próprio Protocolo de Intenções). Diante do impasse, o Presidente da Câmara, dep. Marco Maia (PT/RS) suspendeu a sessão para tentar promover acordo entre as lideranças.

Após essa reunião, a sessão foi retomada, tendo sido acordada apenas a aprovação da MPV com duas emendas:

- a primeira, apresentada pelo dep. Fernando Coruja (PPS/SC), que determina que a APO deverá encaminhar relatórios semestrais de atividades e calendários de ações ao Congresso Nacional;
- a segunda, apresentada pelo dep. Marco Maia (PT/RS), determina que os contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços já celebrados poderão ser prorrogados até o final da realização dos Jogos Paraolímpicos, independentemente dos prazos neles previstos. Permite que a administração aeroportuária negocie com as concessionárias em atividade o adiantamento de receitas contratuais ou o estabelecimento de novos valores pela exploração da infraestrutura, bem como a modernização dos estabelecimentos alcançados pelo padrão exigido, oferecendo como contrapartida novos prazos de duração dos contratos, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro das concessões.

Desse modo, o acordo permitiu a aprovação do texto do PLV pela Câmara, apenas em relação ao que diz respeito à criação da APO, excluídas todas as regras ligadas ao procedimento licitatório simplificado.

O conteúdo do Protocolo de Intenções anexo à MPV ratificado na aprovação do PLV corresponde à mensagem encaminhada hoje pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, que apresenta algumas diferenças em relação ao texto do Protocolo inicialmente encaminhado juntamente com a MPV 503/2010.

O PLV será encaminhado para apreciação pelo Senado. A MPV precisa ser votada até o dia 1º de março. Caso contrário, perderá eficácia.

## Senado Federal instala mais cinco comissões permanentes

Após instalação, há duas semanas, da Comissão de Justiça, foram instaladas, hoje, mais cinco comissões permanentes no Senado. As demais comissões deverão ser instaladas na semana que vem. Adiante as comissões com seus respectivos presidentes.



	Comissões instaladas		Presidentes
<b>CRE</b>	Relações Exteriores e Defesa Nacional	PTB - AL	Fernando Collor
<b>CRA</b>	Agricultura e Reforma Agrária	PDT - RO	Acir Gurgacz
<b>CAE</b>	Assuntos Econômicos	PT - MS	Delcídio Amaral
<b>CDR</b>	Desenvolvimento Regional	PP - AL	Benedito de Lira
<b>CMA</b>	Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	PSB - DF	Rodrigo Rollemberg

## Na Câmara Líderes Partidários iniciam definição das Comissões Permanentes e indicam parlamentares para Presidência

O Presidente da Câmara dos Deputados em reunião realizada hoje à tarde com os líderes partidários, definiram a comissão que caberá a cada partido, e iniciaram a indicação dos presidentes para cada uma das vinte comissões permanentes da Casa. Na distribuição foi considerada a ordem de escolha de acordo com a proporcionalidade partidária.

Marco Maia pediu ainda aos líderes que encaminhem os nomes escolhidos para presidir a comissão designada ao respectivo partido até a próxima terça-feira (01/03/2011), como também a indicação dos membros para compô-la. Com essa decisão, as comissões deverão ser instaladas na quarta-feira da próxima semana.

As Comissões Permanentes ficam assim distribuídas passíveis de alterações:

Comissões Permanentes		Partido	Presidente
<b>CAPADR</b>	Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	DEM	Júlio César Faria
<b>CAINDR</b>	Amazônia, Integração Nacional, e de Desenvolvimento Regional	PP/PC do B	Pendente de indicação pelo líder
<b>CCTCI</b>	Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PSDB	Pendente de indicação pelo líder
<b>CCJC</b>	Constituição, Justiça e de Cidadania	PT	João Paulo Cunha
<b>CDEIC</b>	Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	PR	João Maia
<b>CDU</b>	Desenvolvimento Urbano	PMDB	Pendente de indicação pelo líder
<b>CDHM</b>	Direitos Humanos e Minorias	PCdo B	Pendente de indicação pelo líder
<b>CEC</b>	Educação e Cultura	PT	Fátima Bezerra
<b>CFT</b>	Finanças e Tributação	PT	Cláudio Puty
<b>CFFC</b>	Fiscalização e Financeira e Controle	PSC	Pendente de indicação pelo líder
<b>CLP</b>	Legislação Participativa	PR	Pendente de indicação pelo líder
<b>CMADS</b>	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	PDT	Pendente de indicação pelo líder
<b>CME</b>	Minas e Energia	PMDB	Luís Cláudio Faria
<b>CREDN</b>	Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PSDB	Pendente de indicação pelo líder
<b>CSPCCO</b>	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	DEM	Mendonça Prado
<b>CSSF</b>	Seguridade Social e Família	PMDB	Saraiva Felipe
<b>CTASP</b>	Trabalho, de Administração e Serviço Público	PTB	Silvio Costa
<b>CTD</b>	Turismo e Desporto	PSB	Jonas Donizete
<b>CVT</b>	Viação e transporte	PP	Pendente de indicação pelo líder
<b>CDC</b>	Defesa do Consumidor	PV/PPS	Pendente de indicação pelo líder

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Vladson Bahia Menezes | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.